

Das propostas que antecederam o número de chamada: a ordenação de documentos nos manuais francófonos de Biblioteconomia de meados do século XIX a 1930

Proposals that preceded the call number: the shelf arrangement in the francophone manuals of Librarianship from the mid-nineteenth century to 1930

Camila Mariana Aparecida da Silva (1), Cristina Dotta Ortega (2)

(1) (2) Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil, (1) E-mail: camilamas.silva@gmail.com. (2) E-mail: ortega@eci.ufmg.br.

Resumo

A ordenação de documentos em perspectiva bibliográfica se constitui em proposta de leitura da coleção aos usuários, além de recurso de gestão e de acesso aos documentos. Porém, a centralidade do número de chamada atesta o quase esquecimento das diferentes propostas que o antecederam e do papel da coleção de documentos e do público-alvo na elaboração dos arranjos, além da sobreposição da classificação bibliográfica à ordenação de documentos. O trabalho se justifica pela necessidade de recolocar a atividade de ordenação de documentos, buscando conhecer seus aspectos fundamentais a partir da literatura em que a atividade foi sistematizada como tal. Assim, tem por objetivo contribuir para reorientar a ordenação de documentos como atividade de organização da informação, explorando sua conformação na literatura francófona, a partir de meados do século XIX até a década de 1930. Como metodologia, realiza pesquisa de cunho exploratório viabilizada pela investigação histórico-conceitual da ordenação de documentos presente nos em manuais francófonos de Biblioteconomia deste período. Conclui que a atividade estava colocada por esta vertente desde o século XIX, quando desenvolveu terminologia própria, sob a consideração da interveniência dos contextos, com recurso aos métodos, e pautada pela diversidade de propostas.

Palavras-chave: Ordenação de documentos; Número de chamada; Classificação bibliográfica; Manuais francófonos de Biblioteconomia

Abstract

Shelf arrangement, in a bibliographic perspective, constitutes a reading proposal of the collection to the users, as well as a resource for management and access to the documents. However, the centrality of the call number testifies the possible forgetfulness of the different proposals that came before it and the role of the collection of documents and the target audience in the elaboration of the organization, besides the overlapping of the bibliographic classification to shelf arrangement. This work is necessary due to the need to restore shelf arrangement, knowing its fundamental aspects from the literature in which the activity was systematized. Thus, this paper aims at contributing to reorientate the shelf arrangement as an activity of information organization, exploring its conformation in the Francophone literature, from the mid-nineteenth century up to the 1930s. As for methodology, this paper makes a research of exploratory nature made possible by the historical-conceptual investigation of shelf arrangement found in the francophone manuals of Librarianship of that period. On top of that, this study shows that this activity was placed that way since the nineteenth century, when its own terminology was developed, under the consideration of the intervention of the contexts, using methods, and guided by the diversity of proposals.

Keywords: Shelf arrangement; Call number; Bibliographic classification; Francophone Librarianship manuals

1 Introdução

No conjunto das atividades que compõem a organização da informação, tendo em vista a estruturação de sistemas e serviços que buscam favorecer o uso qualificado da informação, destacam-se a seleção, a representação e a ordenação. Por meio da seleção são escolhidos documentos identificados como potencialmente capazes de suprir necessidades de informação identificadas. Estes documentos são coletados, ou apenas referenciados, resultando, em ambos os casos, na formação de uma coleção. A representação, por sua vez, acontece pela combinação de uma série de atividades que visam produzir registros

dos documentos para compor bases de dados de modo que estes registros possam ser identificados, selecionados e localizados pelo público. A ordenação consiste na elaboração de um arranjo espacial para documentos ou para metadados de documentos com vistas a fornecer acesso a eles. A ordenação dos metadados dos documentos faz-se a partir dos pontos de acesso aos registros que remetem aos documentos, como é o caso das estruturas de navegação e acesso a documentos eletrônicos e dos índices de busca de bases de dados. A ordenação de documentos, por seu turno, ocupa-se da proposição de arranjos para documentos em mobiliários, resultando na materialização de uma

proposta de leitura aos usuários, além de favorecer a gestão e o acesso aos documentos.

O número de chamada (call number), elaborado a partir de meados do século XIX e de origem anglo-americana, é o modelo de ordenação de documentos predominantemente adotado no Brasil, em bibliotecas, e conteúdo prevaiente nos cursos de graduação em Biblioteconomia do país para esta atividade. Ele responde pela elaboração de sistemas de localização relativa e foi sistematizado por Ranganathan, por volta da década de 1930, como a junção entre o número de coleção (collection number), o número de classe (class number) e o número do livro (book number). O modelo foi disseminado no Brasil principalmente pela associação entre os tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), e as tabelas de Cutter para nomes de autor. A despeito de sua complexidade e funcionalidade, em especial para alguns tipos de documentos e de instituições, este modelo de ordenação de documentos parece ter contribuído para a diminuição de reflexões quanto às funções, características e historicidade da atividade, além de abafar a discussão e a emergência de outras propostas.

Pode-se notar que o tema não compõe a atual agenda de pesquisas em organização da informação. Deve-se supor, porém, que este fato não diminui a relevância da atividade amplamente realizada na prática profissional, e tampouco anula a necessidade de se buscar pelo preenchimento de lacunas quanto à sua historicidade e, ao mesmo tempo, atualidade. A pequena literatura técnico-científica sobre o tema publicada no Brasil (incluindo traduções) volta-se majoritariamente para os modos de elaboração do número de chamada e, ao enfatizar tal modelo, fomenta visão parcial e operacional da organização da informação quanto a esta atividade. Deste modo, alguns problemas podem ser evidenciados, como os que seguem:

O quase esquecimento de diferentes propostas de ordenação de documentos, e das reflexões que as subsidiam, anteriores à construção do número de chamada;

A significativa desconsideração da ordenação de documentos como atividade que deve ser orientada às características da coleção de documentos e do público em questão;

A constante indiscriminação entre a ordenação de documentos e a classificação bibliográfica, uma vez que esta constitui-se como um dos métodos para a realização daquela.

Os problemas destacados apontam para uma compreensão reducionista da atividade. Há uma suposta estabilidade e universalidade do número de

chamada que não se sustenta em si mesma, mas que se evidencia especialmente quando se investiga outras abordagens. Assim, o objetivo do trabalho é contribuir para reorientar a ordenação de documentos como atividade de organização da informação, explorando a conformação da atividade presente na literatura francófona, a partir de meados do século XIX até a década de 1930. O trabalho se justifica pela necessidade de fundamentar a atividade de ordenação de documentos como tal, apresentando formulações colocadas no período em que ocorreu sua sistematização. A vertente francófona foi escolhida em função da identificação desta, dentre a produção ocidental localizada, como a que reúne as primeiras contribuições sistemáticas acerca da ordenação de documentos de modo bastante propositivo, embora não completo.

Como metodologia, realiza-se pesquisa de cunho exploratório viabilizada pelo levantamento histórico-conceitual da ordenação de documentos nos manuais francófonos de Biblioteconomia datados de meados do século XIX até a década de 1930. A escolha pelos manuais se justifica, pois, em termos de divulgação de ideias, Riché (2009) atesta que eles foram, em língua francesa, o principal canal através do qual os bibliotecários exprimiram suas concepções acerca de seu ofício. Esta aproximação torna possível apresentar os elementos basilares para a ordenação de documentos estabelecidos por Namur (1834) Constantin (1839) Cousin (1882), Delisle (1896, 1910), Maire (1896), Cim (1902, 1907, 1908), Morel (1908, 1910) e Crozet (1932) sob a forma de uma revisão de literatura.

O trabalho segue estruturado em outras quatro seções, sendo a seguinte dedicada à apresentação de conceitos fundamentais à compreensão da ordenação de documentos como atividade de organização da informação. Na terceira seção, examinam-se os oito autores de manuais quanto à apresentação dos métodos e as funções associadas à ordenação de documentos. Na sequência, são tecidas algumas considerações acerca do que pode ser compreendido como a atividade de ordenação de documentos para o período abarcado pelo trabalho, especialmente no tocante aos métodos, contemplando sua relação com a classificação bibliográfica.

2 Ordenação de documentos e organização da informação

A ordenação de documentos em serviços de informação bibliográfica pode ser entendida como a atividade que “[...]consiste na materialização de um arranjo para coleções que será definido com o objetivo de realizar a disposição física dos documentos no espaço”. (SILVA, 2016, p. 32).

A ordenação de documentos deve ser pensada para coleções ou parcelas de coleções e, por sua vez, a

própria coleção condicionará as estratégias empregadas para fins de ordenação dos documentos. O objetivo que se propõe para a ordenação também é elemento determinante, uma vez que ele apontará para a escolha da característica documental que comandará a estrutura do arranjo. Ortega, Silva e Santos (2016) denominam tal característica de atributo e afirmam que a definição do arranjo com base em certo atributo poderá resultar na formulação de um plano passível de reprodução e consoante certas regras estabelecidas, configurando um método. Para fins de ordenação de documentos tem-se a definição de três métodos: cronológico, alfabético e sistemático.

O método cronológico é caracterizado pela definição dos atributos que permitem o estabelecimento de uma sequência temporal linear e progressiva para a ordenação, como o faz a ordem de entrada dos documentos na coleção ou o ano de publicação. O método alfabético se alicerça pela escolha de atributos que possam ser organizados de acordo com suas letras iniciais de A a Z, usualmente numa ordem crescente que permitirá a intercalação de novos itens, como nos casos da autoria ou do título do documento. O método sistemático constitui-se a partir da seleção de atributos estruturados em classes e subclasses, viabilizando a intercalação de documentos dentro de agrupamentos orientados por esta mesma estrutura. Os principais instrumentos associados ao método sistemático são os tradicionais sistemas de classificação bibliográfica, como a CDD e a CDU. Contudo, é preciso considerar que estes sistemas não respondem pelo método sistemático como um todo, uma vez que é possível empregar instrumentos distintos, elaborados em contextos particulares, que podem, inclusive, se valer de estruturas hierárquicas mais simples. De qualquer modo, a despeito do tipo de estrutura hierárquica utilizada, a classificação bibliográfica constitui-se como o elemento fundante do método sistemático.

Do emprego exclusivo ou combinado desses métodos resulta a formação de sistemas de localização fixa ou relativa, frequentemente representados por códigos transpostos para etiquetas afixadas aos documentos que passam a compor um arranjo. Nos contextos em que se faz uso de códigos haverá relação direta entre os atributos documentais escolhidos para efeito de ordenação e os elementos que compõem o código. Cada um dos elementos definidos receberá uma notação correspondente e a ordem destes elementos será reproduzida na configuração do código indicador do lugar de cada documento no conjunto da coleção, seja em sistemas de localização fixa ou relativa.

Segundo Pinheiro (2007), Prytherch (2005) e Mann (1962), nos sistemas de localização fixa, os documentos são ordenados tendo em vista a determinação de um lugar definitivo para seu posicionamento, sendo a materialidade do documento o

principal atributo considerado. A relevância dada à materialidade nestes sistemas justifica-se pois, em grande medida, eles estão associados a uma abordagem conservacionista das coleções, que tem como base a interdição de acesso às estantes pelos usuários e o aproveitamento rigoroso do espaço. Nestes casos, segundo Prytherch (2005), há um ponto exato de acomodação do documento – usualmente representado em forma de notação alfanumérica – que remete à estante, prateleira e ordem do item na prateleira.

Nos sistemas de localização relativa não há um lugar definido para cada documento, pois, segundo Mann (1962), os arranjos preveem a possibilidade de modificações constantes no posicionamento dos documentos dentro da coleção na medida em que mais itens são integrados, sem que haja ruptura com a estrutura de ordenação já materializada. São formados grupos de documentos a partir de suas características comuns e estes agrupamentos agregados constituem a base do arranjo. Novos documentos são introduzidos, primeiramente em função do grupo que lhes foi atribuído e, posteriormente, da relação que eles estabelecem com os demais documentos que os precedem e os sucedem dentro daquele grupo.

A maleabilidade dos arranjos que configuram sistemas de localização relativa é conseguida principalmente por meio do emprego dos tradicionais sistemas de classificação bibliográfica. Por meio da estrutura de classes e subclasses mais ou menos exaustivas, cada documento é integrado a um grupo composto a partir de certo atributo de interesse. Por efeito de pertencimento a uma classe, o documento é posicionado segundo a proposta de leitura escolhida para o arranjo da coleção que o contém. Subsequentemente, estes mesmos documentos são individualizados com base em outros atributos, mormente o número de entrada, o ano de publicação do documento ou o sobrenome do autor, podendo haver adição de outros atributos a fim de garantir a singularização de cada item. Assim, a relatividade é assegurada pela estrutura classificatória que orienta a elaboração do arranjo, embora atributos adicionais sejam indispensáveis à sua efetivação.

Outro ponto relevante a se considerar quanto à ordenação de documentos é a capacidade do código atribuído a cada um dos documentos estabelecer relação direta entre o item na estante e sua ficha no catálogo, ou seu registro em uma base de dados. Ela oferece, portanto, o vínculo que permite que a busca leve diretamente ao documento desejado. A ordenação de documentos oferece, também, uma imagem da coleção que permite a definição de ações voltadas à planificação dos espaços e à gestão da própria coleção. Sayers (1944) definia algumas vantagens concernentes ao emprego dos sistemas de classificação bibliográfica para fins de ordenação de documentos, como tornar a

coleção balanceada e representativa quanto aos assuntos que contempla, além de facilitar a seleção metódica de novos documentos, bem como a retirada daqueles que não são mais de interesse. As ponderações de Sayers (1944) podem ser estendidas aos arranjos como um todo, independentemente do método utilizado, haja vista que quaisquer atributos escolhidos, quando em consonância com os objetivos definidos institucionalmente, podem oferecer indícios auxiliares à gestão da coleção. Inclui-se, ainda, a possibilidade de a ordenação contribuir para a melhoria no uso do espaço disponível, considerando como variáveis os modos de acesso pretendidos, o crescimento da coleção e os parâmetros de conservação.

3 A ordenação nos manuais francófonos de Biblioteconomia

Ao longo do século XIX, a publicação de manuais francófonos de Biblioteconomia, principalmente na França, em especial a partir do terceiro quarto do século, foi o meio privilegiado através do qual se expressaram as concepções acerca do ofício de bibliotecário. Resultado de engajamentos individuais, esses manuais se caracterizaram por uma orientação no sentido de transmitir e explicitar, pedagogicamente, o conjunto de conhecimentos básicos necessários ao exercício da profissão, além de conselhos práticos e procedimentais que viabilizassem a realização das ações necessárias. Segundo Riché (2009), os manuais se colocaram na fronteira entre formação profissional, curso de bibliografia e história do livro e, ainda, meio de expressão de reivindicações relacionadas ao ofício e à sua atualização. Assim, os manuais se tornaram instrumento indispensável de transmissão de saberes, constituindo testemunho das práticas biblioteconômicas levadas a cabo naquele contexto, dentre elas a ordenação de documentos.

3.1 A erudição e o delineamento de práticas

Lebailly (2008) afirma que os bibliotecários não conheceram um real avanço de seu estatuto ao longo do século XIX e que a formação oferecida pela École des Chartes, a partir de 1821, não conseguiu impulsionar uma reversão do quadro. Os ensinamentos oferecidos em Chartes permaneciam baseados na erudição humanista, sem maiores preocupações com a preparação para as atividades de gestão das instituições como um todo. Não gratuitamente, os dois manuais publicados na década de 1830 faziam menções explícitas a estas atividades. O primeiro, de Namur (1834), trazia uma longa introdução à história do livro que serviria de base aos inúmeros cursos ministrados nesta escola, enquanto as atividades relacionadas à gestão das coleções eram apresentadas como subsídio fundamental para o trabalho de erudição constitutivo da ação bibliotecária. O segundo, de Constantin (1841),

inaugurava uma primeira reflexão prática global sobre o ofício e empregava, pela primeira vez, no contexto francês, a palavra Biblioteconomia (*Bibliothéconomie*). Mais pragmático, buscava atender também os bibliotecários não formados em Chartes, mas que necessitavam aprender as primeiras noções de Biblioteconomia.

Considerado o primeiro manual de Biblioteconomia escrito em língua francesa, o texto de Namur (1834), *Manuel du bibliothécaire: accompagné de notes critiques, historiques et littéraires*, descrevia as diferentes etapas de intervenção que precisariam ser realizadas sobre os livros. Dentre elas, a ordenação dos documentos, denominada *classement*, recebeu relativo destaque, pois, segundo o autor, tornava possível a busca por um determinado livro. Nas bibliotecas pequenas, para Namur (1834), os livros poderiam ser dispostos nas estantes exclusivamente conforme sua ordem de entrada, sendo viável, ainda, optar pelo agrupamento de livros de mesmo tamanho e sob mesma encadernação com o intuito de produzir uma boa aparência. O autor defendia que dentro do espaço das grandes bibliotecas, para economizar espaço, evitar a irregularidade visual e facilitar a manutenção da ordem estabelecida, fazia-se necessária a divisão dos livros a partir da distinção material por formato associada ao emprego de sistemas de classificação. Namur (1834) apresentava possíveis sistemas classificatórios para fins de ordenação dos livros como o de Jacques Charles Brunet, conhecido como o sistema dos livreiros de Paris, ou, ainda seu próprio esquema classificatório, sem, todavia, fazer prescrições quanto ao uso de algum deles.

Pouco tempo depois, em *Bibliothéconomie, ou nouveau manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques*, publicado em 1839 e reeditado em 1841, Constantin (1841) afirmava que os modos de dispor os livros nas estantes deveriam ser determinados em função do volume das coleções. Se, nas bibliotecas pequenas, o tamanho poderia ser o único atributo considerado para se realizar a disposição dos itens, nas grandes coleções, o arranjo consistia em ordená-los sistematicamente, conforme classes e subclasses. O autor lembrava ainda que a escolha entre os diversos sistemas de classificação dependia da abrangência e especificidade da biblioteca, assim como do gosto do bibliotecário e da possibilidade deste sistema ser igualmente útil a diversos tipos de leitores. Segundo Constantin (1841), os livros deveriam ser arranjados primeiramente conforme sua posição no sistema de classificação utilizado, sendo posteriormente separados de acordo com seu tamanho e sequencialmente numerados à medida de sua entrada na biblioteca conforme intervalos numéricos previamente definidos para cada um desses tamanhos.

Constantin (1841) lembrava que, para alguns casos, parcelas da coleção seriam ordenadas em paralelo ao conjunto principal. Segundo o autor, este seria o caso dos livros em formatos extraordinários, aqueles especiais por sua forma de elaboração, raridade ou conteúdo e que demandariam, por isto, cuidados especiais de conservação. Também significativos, para Constantin (1841), seriam os casos das coleções particulares doadas a uma biblioteca sob a condição de ser preservada sua ordem original para que não fossem dispersas entre a coleção principal. Todavia, em certas circunstâncias, o autor argumentava que a utilidade pública deveria ter precedência sobre a vontade vã e caprichosa do doador, portanto, ressaltava a relevância das condições contextuais para a escolha das melhores soluções para fins de ordenação dos documentos.

3.2 O avanço na sistematização da atividade

Após longo período sem a publicação de novas obras, segundo Riché (2009), a partir da década de 1880, foram produzidos alguns manuais como resposta a um novo contexto extremamente favorável: de um lado, o desejo governamental de uniformizar as práticas de gestão das bibliotecas e, de outro, os profissionais à espera de novas instruções que pudessem prepará-los para os exames de obtenção do diploma de bibliotecário, como o *Certificat d'aptitude aux fonctions de bibliothécaire* instituído, para as bibliotecas universitárias, em 1879.

Nessa confluência, o manual de Cousin (1882), *De l'organisation et de la administration des bibliothèques publiques et privées*, foi o primeiro a retomar a apresentação e explicitação das práticas bibliotecárias. Nele, a ordenação (*classement*) destacava-se como atividade que deveria servir, ao mesmo tempo, à disposição organizada dos livros e à realização do inventário. Diferentemente dos autores anteriores, no manual de Cousin a ordenação dos livros era considerada primordialmente "[...]sob o ponto de vista material, isto é, sob o ponto de vista da dimensão dos volumes, sem respeito ao assunto de que eles trata[va]m[...]" (COUSIN, 1882, p. 29, tradução nossa). A fim de cumprir com este propósito, os livros deveriam ser divididos por tamanho, contribuindo para a melhor gestão do espaço disponível dentro das estantes, sendo este o único atributo elencável para fins de ordenação.

Em 1890, Delisle publicou *Instructions élémentaires pour la mise et maintien en ordre des livres d'une bibliothèque* e, tendo logrado relativo sucesso, editou a quarta versão de seu manual em 1910. Nesse manual, a ordenação de livros nas estantes (*classement*) foi minuciosamente explicada em cada uma de suas etapas e trabalhada com uma terminologia própria mais ampla que a do nome da atividade. Segundo o autor, era imprescindível que a cada livro fosse associada

"[...]uma cota (cote) ou um número que fornece[sse] uma maneira de encontrá-lo na prateleira e colocá-lo novamente sem hesitação" (DELISLE, 1910, p. 5, tradução nossa). Além disso, não deveria haver volume sem cota e "[...]uma mesma cota não se aplica[ria] jamais a dois volumes diferentes" (DELISLE, 1910, p. 6, tradução nossa). Para isto, era necessário cotar o livro, ato que consistia na inscrição da cota "[...] sobre a contracapa do volume e em seu interior[...]" (DELISLE, 1910, p. 6, tradução nossa). Assim, segundo Delisle (1910), para fins de ordenação (*classement*), a cota (cote) seria a marca de individualização do livro em uma coleção e a atribuição desta marca ao livro consistia na atividade de cotar (*coter*).

Antes de atribuir a cota aos livros, Delisle (1910) afirmava ser preferível reparti-los conforme certo número de divisões, seguindo a diversidade de temáticas, de modo a agrupar livros que contemplassem um mesmo assunto. A estrutura de classes que seria empregada para fazer esta divisão dos livros era denominada pelo autor de quadro de ordenação (*cadre de classement*), que deveria ser elaborado e poderia ser modificado em função das características de cada coleção. Assim, o autor pontuava que a estrutura de classes deveria ser pensada localmente, a fim de atender as especificidades da coleção, e não simplesmente transposta de um sistema de classes já consolidado.

Para a composição da cota, à notação classificatória dos livros, seria necessário acrescentar uma nova notação que, dentro das classes, individualizaria cada um dos livros. A solução proposta por Delisle foi dividir uma sequência numérica para cada classe da estrutura em quatro intervalos numéricos correspondentes aos quatro tamanhos estabelecidos para os livros, que seriam numerados conforme seu tamanho e ordem de entrada em cada classe. Deste modo, conjugavam-se atributos sistemáticos e cronológicos para fins de ordenação.

Delisle (1910) falava ainda na possibilidade de se apartar parcelas da coleção nos casos em que houvesse itens raros, itens que exigissem condições especiais de armazenamento em função de sua materialidade e, também, quando houvesse interesse em formar conjuntos documentais que pudessem facilitar o uso. O autor chegou a discutir o emprego da CDD para fins de ordenação, mas fazia ressalvas quanto à sua adoção sobretudo por considerar que o esquema decimal dava origem a cotas muito extensas. Delisle (1896) considerava a CDD adequada às bibliotecas francesas por considerá-la demasiadamente vinculada ao país de origem, portanto pouco adequado à antiguidade das coleções francesas.

Na passagem do século XIX para o XX, Maire (1896) publicou o *Manual pratique du bibliothécaire* e, no capítulo dedicado à ordenação de documentos (classement), afirmava que o gosto pessoal ou as tendências em voga não poderiam mais ser os elementos norteadores para a escolha dos bibliotecários que contavam, já havia algum tempo, com métodos gerais de ordenação. Nesse sentido, o autor apontou a preponderância de arranjos baseados na divisão de "[...]cada série e seção científica em várias partes, estas partes atendendo aos formatos dos livros e por isso à sua altura" (MAIRE, 1896, p. 107, tradução nossa), seguido de um número inteiro que definia a posição do livro na prateleira. Todavia, o autor criticava o arranjo sistemático por implicar a atribuição de uma cota muito extensa aos documentos, que além de exigir um grande esforço de memória para ser lembrada, nem sempre conseguia relacionar mnemonicamente a denominação da classe científica do livro à sua notação.

Maire (1896) descrevia, então, soluções assentadas no método cronológico, explicitando sua predileção pelos arranjos baseados na ordem de entrada dos livros na biblioteca, sendo a divisão por tamanho a estratégia de agrupamento utilizada. Porém, assim como a crítica aos arranjos sistemáticos recaía sobre as cotas demasiado extensas, o autor preferia a numeração dos itens sequencialmente dentro de cada agrupamento por tamanho à sua identificação conforme lugar ocupado na estante, prateleira e ordem de entrada na prateleira. Assim, a avaliação de diferentes propostas por Maire (1896) confirma que, consoante seu entendimento, a principal função da ordenação de documentos era a facilitação do armazenamento.

Embora tenha publicado três livros que versavam sobre os conhecimentos necessários aos bibliotecários e aos amantes dos livros, Cim não chegou a elaborar uma reflexão cumulativa sobre a ordenação nas estantes (classement) que, sendo apresentada em 1902, em *Une bibliothèque: l'art d'acheter les livres de les classer, de les conserver et de s'en servir*, foi reproduzida em *Le livre: historique, fabrication, achat, classement, usage et entretien*, de 1907, e apenas resumida em *Petit manuel de l'amateur de livres*, de 1908.

Cim (1902, 1907, 1908) pontuava que os livros poderiam ser ordenados nas estantes segundo a ordem alfabética dos sobrenomes dos autores, após sua divisão por tamanho. Do mesmo modo, dispondo dos registros de entrada dos livros na biblioteca, divididos conforme seu tamanho, seria possível arranjar-los na estante apenas com base em sua ordem de registro (*ordre d'inscription*). Assim, num primeiro momento, Cim defendia o emprego dos métodos alfabético e cronológico como base para a composição dos arranjos, mas conjugava-os com a divisão dos livros por tamanho por acreditar que "[...]a simétrica regularidade desta disposição favorecer[ia] a visão e

produzir[ia] o melhor efeito" (CIM, 1908, p. 214, tradução nossa). Cim recomendava, também, para os casos em que fosse necessário, "[...]ordenar em conjunto todos os volumes tratando de um mesmo assunto[...]" (CIM, 1902, p. 216, tradução nossa), separá-los inicialmente conforme o formato, agrupá-los nas prateleiras segundo o assunto de que tratassem e, dentro destes agrupamentos, proceder sua disposição conforme ordem alfabética de sobrenome dos autores. Cim denominava este sistema de ordenação vertical (*classement vertical*), já que todos os livros sobre um mesmo assunto, e em diferentes formatos, estariam reunidos verticalmente em uma estante.

Apesar de considerar igualmente relevante dispor os livros sistematicamente sobre as estantes, Cim (1902, 1907, 1908) não apontava predileção por nenhum sistema de classificação bibliográfica e tampouco explicitava como se daria a gestão de um arranjo sustentado por tais sistemas. O autor também se referiu à CDD, dentre outros sistemas de classificação, mas advertiu tratar-se de sistema conhecido na Europa apenas a partir da década de 1890 e, dada sua utilização recente, ainda pouco confiável (CIM, 1908).

3.3 Em busca de uma revisão do modelo de bibliotecas francês: novas propostas de ordenação

Também no início do século XX, mas sob uma abordagem bastante distinta daquela apresentada pelos autores anteriormente trabalhados, Morel divulgou suas reflexões em *Bibliothèques* (1908) e *La Librairie public* (1910). Nesses livros, além de explicitar uma feroz crítica às bibliotecas francesas da virada do século XX, Morel ressaltava o ideal de modernidade que ele desejava tanto para as bibliotecas, quanto para a formação dos bibliotecários. Tal ideal estava sustentado numa contestação aos princípios conservacionistas e de uso restrito das bibliotecas e à formação erudita oferecida pela *École de Chartes*, já considerada insuficiente.

A discussão de Morel (1908) acerca da ordenação era principiada por uma distinção quanto à possibilidade de ela ser realizada em dois âmbitos distintos: nos catálogos, com a ordenação das fichas (*classement des fiches*), e nas estantes, com a ordenação dos livros (*classement des livres*). Segundo o autor, em várias bibliotecas francesas, sob o imperativo do arranjo baseado exclusivamente na ordem de entrada dos livros, portanto, em sistemas de localização fixa, muitos bibliotecários passaram a acreditar que o catálogo dispensaria o emprego de outros métodos para a ordenação dos livros nas estantes. Morel afirmava que tal escolha implicava o estabelecimento de bibliotecas de fichas, mas não em bibliotecas de livros e havia sido concebida "[...]na cabeça dos piores inimigos da leitura." (MOREL, 1908, p. 228, tradução

nossa), haja vista que as duas formas de ordenação não eram equivalentes e tampouco substitutivas, mas complementares. Para o autor, "a melhor ordem vem logo quando a ordem não vem do alto." (MOREL, 1908, p. 227, tradução nossa), sendo ideal "[...]deixar cada biblioteca encontrar ela mesma sua própria ordenação[...]" (MOREL, 1908, p. 227, tradução nossa), sem exigir que todas elas seguissem uma ordenação parecida.

Segundo Morel (1908), o amor aos livros, sua beleza ou a comodidade do uso poderiam ser os únicos critérios empregados para fins de sua ordenação em coleções particulares. Todavia, este não era o caso das bibliotecas públicas, já que estas precisavam ordenar as coleções de modo compatível com a realidade e com o favorecimento de seu uso pelo público.

Inspirado no movimento de bibliotecas públicas da Inglaterra e dos Estados Unidos e convicto defensor do livre acesso às estantes, Morel considerava os arranjos sistemáticos como os mais adequados. Porém, o autor criticava os sistemas de classificação bibliográfica por estes não preverem nos esquemas espaço para as diferentes tipologias e por se prenderem mais a elementos ideais do que às necessidades práticas das bibliotecas no trato com as coleções (MOREL, 1908). Para Morel, era indispensável a um sistema de classificação a existência de classes que não se restringissem a possíveis assuntos, mas que, por exemplo, agrupassem as diversas tipologias, ou fossem elaboradas a partir de certas expectativas de uso pelo público.

Caberia destacar o papel central do bibliotecário para a elaboração dos arranjos sistemáticos. O autor não legitimava as críticas de defasagem feitas aos sistemas de classificação bibliográfica por seus contemporâneos. Segundo Morel (1908, 1910), as queixas não se relacionavam exatamente a problemas em sua elaboração, mas ao equívoco de bibliotecários exigirem de sistemas já antigos a expressão de elementos que não eram próprios de seu tempo. Morel ainda convocava os bibliotecários a fazerem, por si, as alterações necessárias nos sistemas, pois seria parte de "[...]sua função modificar, acrescentar, reduzir" (MOREL, 1908, p. 232, tradução nossa), de modo a aproximá-los das demandas reais colocadas pelas bibliotecas. Assim, o autor privilegiava os arranjos sistemáticos e tecia relevantes ponderações acerca dos sistemas de classificação bibliográfica e do papel do bibliotecário como protagonista nesta instituição.

O Manuel pratique du bibliothécaire, publicado por Crozet em 1932, foi declaradamente escrito com o intuito de superar "[...]o atraso da França em relação a outros países no que concerne ao aprendizado prático do ofício de bibliotecário" (LEBAILLY, 2008, p. 34, tradução nossa).

Nesse manual, a ordenação nas estantes (classement) era trabalhada pelo autor a partir de uma divisão entre as bibliotecas de leitura pública e as bibliotecas de estudo. A diferença fundamental consistia em propor uma ordenação baseada apenas no tamanho dos itens e em sua ordem de entrada para as bibliotecas de estudo, enquanto nas bibliotecas de leitura pública, além da divisão por tamanho, os livros seriam sistematicamente agrupados e, dentro das classes, dispostos conforme sua ordem de entrada. A divisão dos livros por tamanho, a despeito do volume da coleção, era justificada pelo autor como indispensável para sua boa conservação, para a economia de espaço na biblioteca e, ainda, para evitar "[...]as desigualdades de altura desagradáveis à visão." (CROZET, 1932, p. 65, tradução nossa).

Ainda segundo o autor, para ambas as bibliotecas, também era necessário atribuir uma cota (cote) que indicaria o lugar ocupado pelo livro e consistia de "[...]uma fórmula composta de letras e números, indicando seu formato e sua classe dentro do formato." (CROZET, 1932, p. 65, tradução nossa). Neste ponto cabe elucidar que, embora utilize o termo formato, Crozet fazia menção ao tamanho dos livros, pois segundo suas explicações o formato era definido pelo tamanho do item, não pelo formato do papel e do número de dobras que lhe teriam sido feitas se a referência fosse estritamente ao tamanho. O autor afirmava que embora as cotas numéricas fossem as mais comuns entre os franceses, era possível, ao menos para partes da coleção, atribuir uma cota literal (cote littérale) formada exclusivamente de componentes alfabéticos. Mantinha-se a identificação da classe por uma letra maiúscula do alfabeto, mas passava-se a transformar em notação as três primeiras letras do sobrenome do autor, seguidas da primeira letra do título do livro. Essa mudança resultava na ordenação alfabética dentro das classes e não numa ordenação cronológica, como havia sido inicialmente apontado pelo autor.

Ao tratar dos arranjos estruturados a partir de sistemas de classificação, Crozet (1932), assim como fez Delisle (1910), apresentava o que ele denominava quadro de ordenação (cadre de classement) e que consistia numa estrutura classificatória desenvolvida especialmente para fins de ordenação dos documentos nas estantes. Deste modo, Crozet (1932) estabelecia uma diferenciação entre o esquema classificatório destinado à ordenação nas estantes e o esquema classificatório, mais detalhado e exaustivo, que poderia ser empregado para a elaboração das fichas no catálogo sistemático. A simplicidade do arranjo para a ordenação de documentos, expressa pelo autor como a necessidade de inexistirem inúmeras subdivisões hierárquicas para as classes principais, seria fundamental para que o leitor pudesse, então, percorrer autonomamente as

estantes e o profissional executar adequadamente seu trabalho.

4 Ordenação (classement): a consolidação de uma atividade

A despeito de singularidades manifestas, no conjunto das ideias apresentadas pelos oito autores analisados, torna-se bastante evidente a recorrência dos métodos cronológico e sistemático como caminhos para a proposição de soluções de ordenação de documentos.

No que concerne ao método cronológico, a notória preferência pela ordem de entrada, como elemento encabeçador dos arranjos ou como atributo de individualização dos itens dentro dos agrupamentos, parece corroborar com a ideia de que, em grande medida, as propostas estiveram vinculadas às questões de conservação dos documentos. A divisão por tamanho associada à ordem de entrada reunia documentos com propriedades materiais semelhantes e, com isto, favorecia sua conservação. É pertinente ressaltar que a ordem de entrada define-se por meio de uma atribuição de caráter administrativo que imputa a cada documento chegado à biblioteca um número exclusivo e sequencialmente definido. No caso de seu uso como atributo primário, configurando um sistema de localização fixa, tornava-se possível, pela exploração da disposição da própria coleção, identificar documentos que há muito tempo faziam parte da coleção e aqueles que haviam sido incorporados mais recentemente. Conjugada a um arranjo sistemático, a ordem de entrada poderia responder a esta mesma questão em cada uma das classes definidas para o esquema e não para a biblioteca como um todo. Nas propostas de Constantin (1841) e Delisle (1910), a definição de intervalos numéricos expressava a combinação entre tamanho e ordem de entrada, garantindo assim que não houvesse cotas idênticas em nenhum dos agrupamentos propostos.

Dentre todos os autores analisados, apenas Cousin (1882) não descreveu arranjos sistemáticos, restringindo-se àqueles de base cronológica, fossem exclusivamente sustentados pela ordem de entrada ou baseados na associação do tamanho com a própria ordem de entrada ou o ano de publicação do livro. Já para Constantin (1841), a vantagem da ordenação sistemática advinha do fato de ela desobrigar o profissional a percorrer toda a biblioteca em busca dos livros demandados sobre um mesmo assunto. De modo similar, Namur (1834) defendia que nas grandes bibliotecas ela consistia em elemento de importância fundamental para a busca e controle dos livros solicitados. Portanto, parece haver o entendimento entre estes autores de que a opção por utilizar a ordenação sistemática, e consequentemente optar por sistemas de localização relativa, estaria relacionada, antes, à facilitação do trabalho do bibliotecário.

Apenas com Morel (1908, 1910), este quadro sofre uma modificação mais evidente, pois o autor atribuiu ao método sistemático a primazia na ordenação de documentos, por considera-lo o mais adequado para o livre acesso do público às estantes, devendo ser empregado o mais amplamente possível. Porém, no conjunto dos manuais analisados, arranjos cronológicos ou sistemáticos eram apresentados sem maiores considerações ou avaliações comparativas que apontassem as vantagens associadas à opção entre um ou outro.

A escolha que aparecia frequentemente justificada nos manuais e que caberia a qualquer proposta era a divisão dos documentos por tamanho, conjugada com a ordem de entrada ou com arranjos sistemáticos. A predileção pela agilidade na execução da atividade, pela economia de espaço ou pelo aspecto visual agradável esteve presente, de algum modo, em todos os manuais analisados.

Outro ponto importante no sentido de apontar para uma coesão entre os autores é a presença incontroversa do termo *classement* para indicar uma das etapas indispensáveis à estruturação de uma biblioteca: a ordenação. Alguns destes autores se valeram de outros termos, também próprios à ordenação, para indicar etapas e instrumentos necessários à sua realização. Dentre os manuais analisados, Morel (1910) foi o primeiro autor a estabelecer uma clara distinção entre os termos ordenação de livros (*classement des livres*) e ordenação de fichas (*classement des fiches*). Segundo o autor, ordenar as fichas de um catálogo não seria substitutivo à ordenação de documentos, e tampouco o inverso seria válido. A dimensão material dos documentos levaria a certas escolhas, como, por exemplo, a separação dos grandes atlas das obras que os comentavam, escolha esta que, para a uniformidade das fichas, seria absolutamente desnecessária ou incongruente.

Delisle (1896, 1910) foi quem primeiro empregou o termo *cota* (*cote*) para referir-se à marca responsável por indicar a posição ocupada por um documento dentro da coleção, fosse em sistemas de localização fixa ou relativa. Depois dele, Maire (1896), Cim (1908) Morel (1910) e Crozet (1932) fizeram alguma menção ao termo no contexto das propostas de ordenação de documentos sem modificar-lhe o sentido primeiramente atribuído. Desta forma, entre os autores estudados, *classement* e *cote* se constituíram como os termos mais recorrentes e estáveis para a abordagem francófona sobre ordenação de documentos.

Percurso distinto foi observado para o quadro de ordenação (*cadre de classement*) que, tendo sido empregado, também pela primeira vez, por Delisle, em 1910, voltou a figurar nos manuais apenas com Crozet, em 1932. A despeito da diferença temporal que separa

os dois manuais, em ambos o sentido atribuído ao quadro de ordenação foi o mesmo. Delisle demarcava-o como a estrutura de classes empregada para fins de ordenação nas estantes que deveria "[...]modificar-se de acordo com os lugares e sobretudo de acordo com a abundância e natureza dos materiais" (DELISLE, 1910, p. 11, tradução nossa). Crozet (1932) apresentava dois quadros de ordenação em seu manual: o primeiro deles voltado para a elaboração das entradas nos catálogos sistemáticos e o segundo destinado à ordenação dos documentos sobre as estantes. Ao explicar o quadro de ordenação de documentos, o autor mencionava a necessidade de adaptações na estrutura classificatória original, empregada para a ordenação no catálogo sistemático, em função das imposições colocadas pela disposição material dos documentos. Segundo Crozet (1932), em classes demasiado extensas era possível transformar parte das classes subordinadas em classes de mesmo nível hierárquico, ou, ainda, reelaborar algumas classes a fim de favorecer a composição de cotas e arranjos mais fáceis. Simplificar a estrutura original de classificação adotada no catálogo pela diminuição dos níveis hierárquicos e do número total de classes consistiria em tarefa fundamental para a ordenação de documentos segundo estas propostas.

Pode-se entender, portanto, que além de compor termo próprio à ordenação, o quadro de ordenação se caracterizava pela proposta de elaboração de uma estrutura classificatória própria ou da adaptação institucional realizada sobre um sistema de classificação bibliográfica já elaborado, a fim de torná-lo mais compatível com as necessidades locais, sobretudo no que se referia ao perfil da coleção. Sob outra perspectiva, depreende-se das falas de Delisle (1910), Morel (1910) e Crozet (1932) que a função do bibliotecário estava associada às escolhas intrínsecas aos modos de elaboração ou implantação dos sistemas de classificação bibliográfica, cabendo-lhe, portanto, papel intelectual no exercício do ofício, pois interveniente nas soluções escolhidas, não fechadas ou definidas de antemão.

Cabe ainda ressaltar que a ordenação dos documentos era tratada em separado da apresentação ou escolha dos sistemas de classificação bibliográfica. Nos manuais, a apresentação dos sistemas de classificação bibliográfica seguia as instruções para a elaboração do catálogo sistemático, como em Namur (1834) e Constantin (1941), ou era explorada em seção própria, como em Maire (1896), Cim (1908), Crozet (1932). Tal separação tornava ainda mais clara a relação de complementaridade, mas não dependência, entre a proposição do arranjo de documentos e o emprego do método sistemático.

As propostas analisadas foram discutidas nos aspectos concernentes ao seu âmbito geral, não chegando a contemplar sua instrumentalização detalhada ou os

pormenores implicados na opção por certo arranjo. Assim, poucos foram os autores que se dedicaram ao exame das cotas referentes aos arranjos propostos e nenhum deles pôs-se à explicitação processual de sua composição. É possível que a elaboração das cotas tenha levado ao desenvolvimento de soluções muito mais completas e complexas do que aquelas expostas pelos autores, pois o que aparece evidenciado pelos manuais é antes uma reflexão quanto ao processo de ordenação de documentos, não a busca por uma solução replicável.

Mesmo tratando-se de manuais, não foram encontradas descrições pormenorizadas acerca da dimensão técnica do processo. Se de um lado ficam questionamentos quanto aos modos de proceder que estariam associados às propostas apresentadas, por outro, o entendimento da ordenação de documentos como etapa particular e necessária à estruturação de uma biblioteca parece ter ressaltado suas características próprias no conjunto dos processos descritos pelos manuais, como no caso do que tange aos métodos que viabilizariam sua efetivação e à relação destes métodos com os instrumentos empregados.

5 Considerações Finais

A fim de ressaltar a relevância da ordenação de documentos no âmbito da organização da informação, o exame dos manuais de Biblioteconomia demonstrou a necessidade de se buscar pelo delineamento histórico da atividade de modo a ressignificá-la. Foi possível verificar que o problema da ordenação de documentos estava colocado, desde o século XIX, pela vertente francófona. Esta vertente buscava por modos de responder pela atividade, mas não necessariamente por um modelo replicável de realizá-la, como no caso do número de chamada, cuja construção se deu posteriormente, embora em seguida a esta que foi analisada. A volta à literatura demonstra, portanto, que há significativa produção que contempla a ordenação de documentos em termos de seus fundamentos e de práticas associadas. Embora esteja, em grande medida, esparsa e, conseqüentemente, ainda pouco sistematizada, esta literatura explicita a riqueza da temática na configuração histórica da organização da informação e, também, de sua atualidade quanto à elaboração de serviços de informação bibliográfica.

A vertente analisada nos permite evidenciar a clareza com que os métodos de ordenação de documentos - cronológico alfabético e sistemático - estavam postos pelos autores já desde meados do século XIX, sem que se estabelecesse a primazia de um deles em relação aos demais. De igual modo, parece inconteste a separação realizada entre o método sistemático e os sistemas de classificação bibliográfica, especialmente pontuado pela afirmação da necessidade de uma estrutura de classes adaptada ao propósito da ordenação da coleção

em questão, como fizeram alguns autores ao mencionarem a relevância do quadro de ordenação. Assim, ordenação de documentos e classificação bibliográfica não se confundem, havendo, hoje, em língua francesa, terminologia própria que as diferencia, construída respectivamente em torno dos termos *classement* e *classification*. Neste idioma, destaca-se ainda a atualidade e disseminação do termo cote como indicativo da cota que individualiza cada documento da coleção.

Se, por um lado, o exame dos manuais francófonos explicitou sua atualidade quanto aos princípios que regem a atividade e a correlação estrita entre os objetivos pretendidos e os métodos escolhidos, por outro lado, revelou-se a fragilidade quanto à instrumentalização das propostas apresentadas. Neste sentido, ressalta-se a virtuosidade do número de chamada que, tendo alcançado relativa estabilidade, pôde ser facilmente operacionalizado por meio da prescrição do uso de instrumentos associados. Todavia, há que se considerar que, assim como o relativo desconhecimento acerca das propostas francesas que figuraram nesta análise, o número de chamada também carece de estudos que tornem suficientemente conhecidos os princípios que o sustentam e as propostas que contribuíram para sua emergência e consolidação.

Retomar a discussão sobre a ordenação de documentos permitiria estabelecer interlocuções com a ordenação em sua amplitude, ou seja, aquela que envolve ordenação de documentos – discutida neste trabalho – e a ordenação de metadados de documentos (caso das fichas dos catálogos, como vimos, mas também dos documentos eletrônicos). Essa discussão pode contribuir para estudos mais aprofundados sobre organização da informação no sentido de uma ressignificação que a conduza a maior reconhecimento acadêmico e social. De igual modo, no âmbito do ensino, contemplar a ordenação a partir dos fundamentos que a embasam permitiria matizar abordagens centradas na habilitação para o uso de instrumentos e regras em favor da abstração que propicie operar conceitos frente às diversas demandas práticas colocadas.

Referências

- CIM, Albert. *Le livre: historique, fabrication, achat, classement, usage et entretien*. volume iv. Paris: Ernest Flammarion, 1907.
- CIM, Albert. *Petit manuel de l'amateur de livres*. Paris: Ernest Flammarion, 1908.
- CIM, Albert. *Une bibliothèque: l'art d'acheter les livres de les classer, de les conserver et de s'en servir*. Paris: Ernest Flammarion, 1902.
- CONSTANTIN, Léopold Auguste. *Bibliothéconomie, ou nouveau manuel complet pour l'arrangement, la conservation et l'administration des bibliothèques*. Nouvelle édition revue, augmentée et ornée des figures. Paris: Librairie Encyclopédique de Roret, 1841.
- COUSIN, Jules. *De l'organisation et de la administration des bibliothèques publiques et privées: manuel théorique et pratique du bibliothécaire*. Paris: A. Durand et Pedone-Lauriel, 1882.
- CROZET, Léo. *Manuel pratique du bibliothécaire*. Paris: Emile Nourry, 1932.
- DELISLE, Léopold. *Bibliothèque public aux États-Unis*. *Le Journal des Sçavants*, mars, p. 155-170, 1896.
- DELISLE, Léopold. *Instructions élémentaires et techniques pour la mise et le maintien en ordre des livres d'une bibliothèque*. Quatrième édition, revue. Paris: Librarie Ancienne Honoré Champion, [1910].
- LEBAILLY, Guillaume. *Vers une pensée modernisée du métier de bibliothécaire: le cas du Manuel pratique de Léo Crozet*. 2008. *Memoire d'étude*. École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques, 2008.
- MAIRE, Albert. *Manual pratique du bibliothécaire: bibliothèques publiques, bibliothèques universitaires, bibliothèques privées, suivi 1° d'un lexique des termes du livre, 2° des lois, décrets, etc., concernant les bibliothèques universitaires de 1837 à 1894*. Paris: Alphonse Picard et Fils, 1896.
- MANN, Margaret. *Catálogo e classificação de livros*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- MOREL, Eugène. *Bibliothèques: essai sur le développement des bibliothèques publiques et de la librairie dans les deux mondes*. tome ii. Paris: Mercvre de France, 1908.
- MOREL, Eugène. *La librairie publique*. Paris: Librarie Armand Colin, 1910.
- NAMUR, Jean-Pie. *Manuel du bibliothécaire: accompagné de notes critiques, historiques et littéraires*. Bruxelles: J. B. Tircher, 1834.
- ORTEGA, Cristina Dotta; SILVA, Camila Mariana Aparecida da; SANTOS, Marcelo Nair dos. *A ordenação de documentos na atividade bibliotecária*. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.
- PINHEIRO, Ana Virginia Teixeira da Paz. *A ordem dos livros na biblioteca: uma abordagem preliminar ao sistema de localização fixa*. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.
- PRYTHERCH, Ray (Comp.). *Harrod's librarian's glossary and reference book: a directory of over 10,200 terms, organizations, projects and acronyms in the areas of information management, library science, publishing and archive management*. 10th ed. London: Ashgate Pub Ltd, 2005.
- RICHÉ, Delphine. *La conception du métier de bibliothécaire dans les manuels de formation des années 1880-1890 à travers trois exemples: Jules Cousin, Léopold Delisle et Albert Maire*. 2009. *Memoire d'étude*. École Nationale

Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques, 2009.

SILVA, Camila Mariana Aparecida da Silva. Para uma abordagem contemporânea sobre ordenação de documentos: propostas do século XIX e início do XX. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-AMWGPB/camila_silva___disserta__o_para_uma_abordagem_contempor_nea_sobre_a__ordena__o_de_docume ntos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 jul. 2017.

SAYERS, William Charles Berwick. A manual of classification for librarians and bibliographers. London: Grafton & Co, 1944.